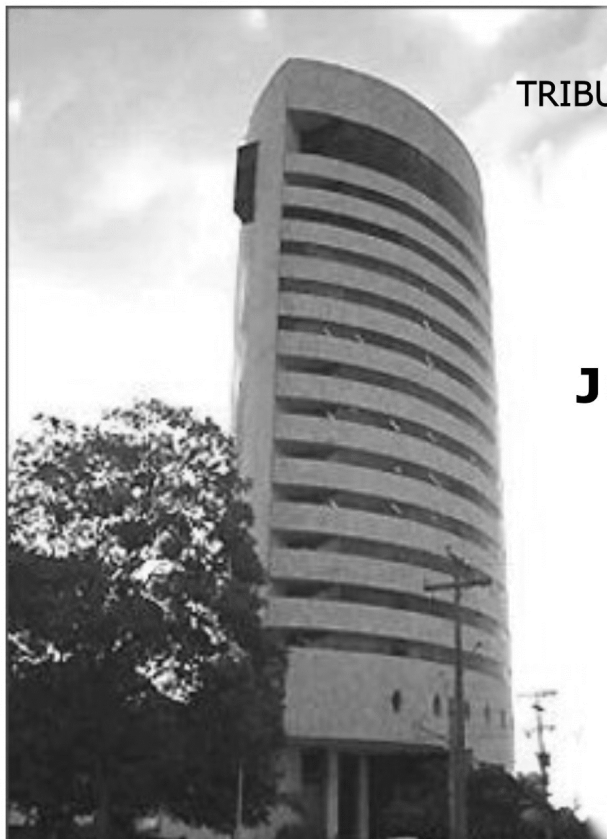




TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.^a REGIÃO
Concurso Público

Cargo:

**Juiz Federal Substituto
da 5.^a Região**

**CADERNO DE PROVA
OBJETIVA — P₁**

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 18/7/2004

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **duzentos itens**, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de **1 a 200**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Durante a prova, não será permitida a utilização de livros, impressos, abrindo-se exceção à consulta à legislação desacompanhada de quaisquer anotações, comentários, jurisprudência e súmulas.
- 4 Não será permitido o empréstimo de material entre os candidatos, mesmo daquele que já tenha terminado a prova.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta no Edital n.º 1/2004 – TRF, de 16/4/2004.
- 6 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **19/7/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares (prova objetiva): Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **20 e 21/7/2004**, das 9 às 16 h (horário local) – Recursos (prova objetiva): exclusivamente nos locais que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **12/8/2004** – Resultado final da prova objetiva e convocação para as provas subjetivas: locais mencionados no item I e Diário da Justiça da União.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1/2004 – TRF, de 16/4/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100 e Internet: www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 200 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

– GRUPO I –

DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO AMBIENTAL

Quanto aos princípios constitucionais da administração pública e à reforma do Estado brasileiro, julgue os itens que se seguem.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

Um estabelecimento comercial possuía alvará para funcionar como empresa revendedora de motocicletas, mas atuava também como prestadora de serviços mecânicos para esse tipo de veículo. O órgão administrativo competente, durante fiscalização, constatou a irregularidade e interditou a empresa, a fim de impedir o funcionamento da revendedora, além de multá-la pela atividade não-autorizada.

Nessa situação, o poder público feriu específica e exclusivamente o princípio da finalidade, uma vez que foi além do necessário para a aplicação da lei e para a satisfação do interesse público.

2 Nos termos da Lei n.º 9.790/1999, que rege as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), essas entidades devem possuir personalidade jurídica de direito privado e ser desprovidas de fins lucrativos, não obstante possam remunerar o trabalho de seus sócios ou associados, conselheiros, diretores e empregados. Todavia, nem todas as pessoas jurídicas de direito privado podem ser consideradas OSCIPs, a exemplo do que ocorre com as sociedades comerciais.

Acerca das autarquias e agências, julgue os itens a seguir.

3 Em virtude da relação de supervisão exercida pelos ministérios sobre as autarquias que lhes são vinculadas, é juridicamente cabível a interposição de recurso administrativo próprio, destinado ao ministro de Estado respectivo, contra ato de prepostos daqueles entes públicos.

4 As agências executivas têm natureza essencialmente operacional, de maneira que não lhes compete exercer a fiscalização de pessoas, bens e atividades, porquanto, considerando o universo das agências, essa competência é exclusiva das agências reguladoras. De acordo com a doutrina, as agências executivas constituem importante inovação na organização do Estado, criadas que foram com a finalidade de realizar o princípio constitucional da eficiência.

Julgue os itens seguintes, a respeito da concessão de serviços e do poder regulamentar.

5 As concessões de serviços públicos costumam remunerar o concessionário por meio da exploração do próprio serviço, em razão da qual aquele cobra tarifa dos usuários. Isso não impede que outras fontes de receita componham a remuneração do concessionário, mas, por outro lado, existe na doutrina o entendimento de que essa remuneração não pode ser independente, por completo, da cobrança de tarifas, sob pena de se descaracterizar o contrato de concessão.

6 Se uma lei estatuir que, para o gozo de determinado direito por ela criado, o cidadão precisa fazer prova documental de certos fatos à autoridade administrativa, poderá o chefe do Poder Executivo, no exercício válido do poder regulamentar, estipular que documentos serão aceitos como prova, desde que não crie obrigação nova para os cidadãos.

Com relação aos atos e procedimentos administrativos, julgue os seguintes itens.

7 Os pareceres são atos administrativos de administração consultiva por meio dos quais são expressas opiniões acerca de questões técnicas. Conforme amplamente entende a doutrina, quando a lei conferir caráter obrigatório ao parecer e a decisão a ser tomada precisar basear-se em elementos técnicos, a autoridade estará compelida a decidir segundo a orientação do parecer, sob pena de ser responsabilizada.

8 O vício meramente de forma do ato administrativo pode causar-lhe a nulidade absoluta (ou nulidade, para alguns) e não apenas a nulidade relativa (ou anulabilidade, para alguns).

9 A relação trilateral do processo judicial e a relação bilateral do processo administrativo, bem como a inércia do Poder Judiciário *versus* a oficialidade da administração, caracterizam diferenças entre esses dois tipos de processo. Quanto às semelhanças, uma delas consiste em que nem todos os atos de um e de outro precisam de motivação expressa.

No atinente a contratos administrativos, consórcios, convênios e pregão, julgue os itens subsequentes.

10 Devido à natureza distinta que têm em relação aos contratos administrativos, os convênios não podem ter objeto com conteúdo economicamente valorável.

11 Ainda que a administração pública deseje contratar a aquisição de bens ou serviços comuns, o pregão não poderá ser utilizado se o valor da aquisição ultrapassar determinados limites legalmente previstos.

12 Para atender ao interesse público, se a administração precisar suprimir parte do objeto de um contrato administrativo e o contratado já houver adquirido os bens correspondentes à porção suprimida, aquela não estará necessariamente obrigada a ressarcir-lo.

No que tange aos bens públicos, julgue o item abaixo.

- 13** Devido à característica da imprescritibilidade, os terrenos de marinha não são passíveis de aquisição por meio de usucapião, apesar dos precedentes jurisprudenciais segundo os quais é possível o usucapião do domínio útil desses bens públicos quando forem objeto de enfiteuse.

Relativamente aos servidores públicos e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 14** Com base na conhecida afirmação de que o edital é a lei do concurso público para provimento de cargo, a jurisprudência consolidou-se no sentido de que é válida a exigência de exame psicotécnico, mesmo que não prevista na lei, desde que haja compatibilidade com o cargo a que se refira e previsão editalícia.
- 15** Uma vez que a Constituição da República prevê a responsabilidade civil objetiva do Estado, sem necessidade de perquirição de culpa na conduta do agente público, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) não admite que se indague acerca de culpa da vítima para o fim de minorar a responsabilidade estatal.

Quanto a ação popular e improbidade administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 16** De maneira similar à ação de *habeas corpus*, a ação popular pode ser ajuizada por qualquer pessoa, mas, diferentemente daquela, não prescinde da assistência de advogado para subscrever a petição inicial. De acordo com a jurisprudência do STF, independentemente da autoridade ou da pessoa jurídica que esteja no pólo passivo da ação popular, a competência para julgá-la será do primeiro grau de jurisdição.
- 17** O chamado peculato de uso, que consiste na utilização de bens públicos para fins particulares por parte de agente público, configura, em certos casos, ato de improbidade administrativa, mesmo não estando previsto na legislação penal.

Com referência a limitações administrativas e desapropriação, julgue os itens seguintes.

- 18** Se, por motivos de política urbana, o Poder Executivo de determinado município desejar manter o padrão urbanístico de certo bairro, não poderá empregar, validamente, o instituto do tombamento, caso esse bairro não apresente aspectos relevantes do ponto de vista histórico e(ou) cultural.
- 19** Não obstante a proteção constitucional do direito de propriedade e a previsão de que a indenização, no caso de desapropriação por utilidade pública, seja prévia, a jurisprudência firmou-se no sentido de ser juridicamente válida a norma do Decreto-lei n.º 3.365/1941, que autoriza, em certos casos, a imissão provisória na posse do bem por parte do poder expropriante, mediante depósito.
- 20** Com exceção dos casos em que há processo administrativo referente ao bem, o tratamento jurídico da desapropriação indireta segue os mesmos princípios e regras aplicáveis à desapropriação em geral.

Quanto à tributação das pessoas jurídicas, julgue os itens a seguir.

- 21** A apuração do lucro das sociedades não-registradas, para fins de incidência do imposto de renda, segue as mesmas regras previstas para pessoas individuais e pessoas jurídicas.
- 22** Se uma empresa já teve a falência decretada, não incide imposto de renda sobre seu lucro como pessoa jurídica, apurado em relação às operações praticadas durante o período compreendido entre a decretação da falência e o pagamento do passivo.
- 23** Um dos princípios constitucionais relativos a impostos determina que, sempre que possível, ao se fixarem os impostos, deve-se considerar a capacidade econômica do contribuinte. Nesse sentido, em face da capacidade econômica, determinadas empresas públicas podem ser beneficiadas por tributação diferenciada referente ao imposto de renda.
- 24** Incidem sobre as sociedades prestadoras de serviços profissionais regulamentados — instituídas como sociedades civis (até a vigência do antigo Código Civil) ou como sociedades comuns (conforme o novo Código Civil) — as mesmas normas de tributação de imposto de renda da pessoa jurídica em geral.
- 25** Entre as normas constitucionais sobre o conteúdo de lei complementar relativa a tributação, está a definição de tratamento tributário adequado ao ato cooperativo praticado por sociedade cooperativa. Em razão disso, a legislação do imposto de renda estabeleceu tratamento tributário especial para as cooperativas de consumo.

Como representante das unidades da Federação, o Senado Federal exerce papel especial na definição de determinadas matérias tributárias previstas na Constituição Federal. Outras matérias exigem tratamento em lei complementar. Acerca da competência do Senado e do uso de lei complementar em assuntos tributários, julgue os itens que se seguem.

- 26** Aos estados e ao Distrito Federal (DF) cabe instituir o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e a doação de quaisquer bens ou direitos, sempre subordinado às alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- 27** Para evitar a chamada guerra fiscal entre os estados em relação ao IPVA, visto que cada unidade da Federação pode estabelecer alíquotas mais atrativas para os veículos nela licenciados, a Constituição Federal estabeleceu que cabe ao Senado a definição de alíquota mínima de abrangência nacional.
- 28** As alíquotas de ICMS aplicáveis às exportações são definidas por resolução do Senado Federal.
- 29** As operações interestaduais submetem-se às alíquotas determinadas pelo Senado, que, por sua vez, não pode dispor sobre quaisquer alíquotas internas.
- 30** A solução dos conflitos específicos na área de ICMS entre estados deve ser tratada somente por lei complementar, conforme previsão constitucional.

Relativamente às regras constitucionais e legais incidentes sobre o imposto sobre produtos industrializados (IPI), inclusive as contidas no Código Tributário Nacional, julgue os itens seguintes.

- 31** O IPI é um imposto cuja seletividade é de natureza obrigatória e deve ser aplicada em razão da maior ou menor essencialidade dos produtos.
- 32** As alíquotas de IPI sobre determinado produto não são obrigatoriamente uniformes em todos os estados da Federação, pois o governo federal utiliza a diferenciação como medida destinada a promover o desenvolvimento socioeconômico de regiões menos desenvolvidas.
- 33** Considere a seguinte situação hipotética.
Um contribuinte arrematou, em um leilão, um lote de produtos decorrentes de apreensão pelo fisco.
Nessa situação, verifica-se a ocorrência de fato gerador do IPI.
- 34** Quando um contribuinte promove o desembaraço aduaneiro de produtos provenientes do exterior, incide, em regra, o IPI. Esse imposto terá como base de cálculo o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no país, acrescido do montante do imposto sobre a importação, das taxas exigidas para entrada do produto no país e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis.
- 35** Apesar de ser de competência federal, mais da metade da receita arrecadada com o IPI destina-se aos estados e municípios.

Acerca de direito ambiental, julgue os itens a seguir.

- 36** Considere a seguinte situação hipotética.
Uma pessoa jurídica se estabeleceu no município de Capela – SE com o propósito de desenvolver atividades de pesquisa e lavra de determinado recurso mineral.
Nessa situação, a autorização para as referidas atividades poderá ser solicitada, alternativamente, ao município em que se localiza o recurso natural, ao estado ou à União Federal, dada a previsão constitucional de competência administrativa concorrente das três esferas governamentais, em matéria ambiental.
- 37** Se, em uma dada pesquisa desenvolvida no estado do Ceará, restar comprometida a diversidade ou o patrimônio genético do país, a União, o estado e o município terão competência comum para fiscalizar a entidade responsável.
- 38** Considere a seguinte situação hipotética.
Um empreendedor, em um estudo de impacto ambiental (EIA) para a construção de uma estrada de rodagem com duas faixas de rolamento, definiu os limites da área geográfica que seria direta e indiretamente afetada pelos impactos (a chamada área de influência do projeto), contudo deixou de considerar a bacia hidrográfica na qual se localiza o empreendimento.
Nessa situação, a omissão do empreendedor representa mera irregularidade, pois o ordenamento jurídico não faz tal exigência.

39 O desenvolvimento sustentável contempla as dimensões humana, física, econômica, política, cultural e social em harmonia com a proteção ambiental. Logo, como requisito indispensável para tal desenvolvimento, todos devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

40 O meio ambiente cultural é constituído pelo patrimônio artístico, histórico, turístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico e cultural, que envolve bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Um instrumento de sua proteção é o tombamento, do qual se valeram a UNESCO e o governo brasileiro para preservar o Plano Piloto de Brasília, considerado patrimônio histórico da humanidade.

41 Considere a seguinte situação hipotética.

Um agente da capitania dos Portos do Ministério da Marinha, ao tomar conhecimento do lançamento, em um curso d'água, de esgoto *in natura* de um navio nacional ancorado em porto brasileiro, imediatamente procedeu à lavratura de auto de infração ambiental e instaurou o devido processo administrativo. Na defesa, o infrator alegou, em preliminar, a nulidade do auto infracional por haver sido expedido por autoridade incompetente.

Nessa situação, merece acolhida a preliminar, pois só os órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente podem lavrar auto de infração ambiental.

42 Considere a seguinte situação hipotética.

Flagrado quando desmatava uma floresta nativa, um agricultor recebeu multa simples e, como insistiu em sua ação degradadora, foi-lhe aplicada multa diária. Após tais sanções de natureza administrativa, o infrator obrigou-se perante o órgão ambiental, por termo de compromisso, à adoção de medidas de recomposição florística da área.

Nessa situação, a exigibilidade das multas pode ser suspensa e, cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, as multas serão reduzidas em 90% do valor atualizado monetariamente.

43 Considere a seguinte situação hipotética.

Uma indústria de celulose, após obter licenciamento ambiental e autorização para funcionamento das autoridades estaduais e municipais, iniciou suas atividades regulares. Passado certo tempo, uma organização não-governamental, em estudos realizados no curso d'água em que eram despejados os resíduos da atividade industrial, mesmo depois de tratamento previsto no EIA/RIMA, constatou que a freqüente mortandade de peixes e aves na região era ocasionada por uma substância contida nos mencionados resíduos lançados pela indústria de celulose.

Nessa situação, apesar da licença ambiental e da autorização de funcionamento da atividade, o agente poluidor deverá reparar civilmente os danos ambientais causados, de acordo com o regime de responsabilidade objetiva e o posicionamento da opinião majoritária da doutrina.

- 44 Em matéria de responsabilidade penal da pessoa jurídica, a doutrina nacional é acorde em reconhecer que sua adoção no sistema jurídico brasileiro guarda compatibilidade com os princípios da pessoalidade da pena e da culpabilidade.
- 45 O tipo penal consistente em caçar espécime da fauna silvestre sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente somente se aplica a animais exóticos.
- 46 A Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998), ao definir pesca, para efeitos de sua aplicação, restringiu o conceito anteriormente vigente, passando a utilizá-lo somente para os seguintes grupos de animais aquáticos: peixes, crustáceos e moluscos. Logo, caso uma baleia ou um golfinho sejam apanhados sem autorização da autoridade competente, o crime configurado será o referente à caça e não à pesca.
- 47 Todas as contravenções penais contra a fauna previstas no Código Florestal estão implicitamente revogadas, pois, com o advento da Lei de Crimes Ambientais, aquelas condutas foram, de certa forma, contempladas como crimes.
- 48 A poluição eletromagnética e a poluição térmica podem ser consideradas crime, porquanto a conduta penal referente a poluição é descrita na Lei de Crimes Ambientais fala em causar poluição de qualquer natureza, não especificando a forma.
- 49 Considere a seguinte situação hipotética.
- Uma empresa brasileira de exportação e importação exportava para o exterior, sem a autorização ambiental competente, peles e couros de anfíbios processadas e industrializadas.
- Nessa situação, por incidir em crime ambiental, a empresa poderá ser sancionada no âmbito penal com a decretação de sua liquidação forçada, sendo seu patrimônio considerado como instrumento do crime e por isso perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.
- 50 Tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas podem ser, em tese, apenadas à prestação pecuniária, consistente no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada, desde que seja de cunho ambiental ou cultural.

– GRUPO II –

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O Ministério Público se apresenta hoje como um verdadeiro poder do Estado. Se Montesquieu tivesse escrito hoje o **Espírito das Leis**, por certo não seria tríplice, mas quádrupla, a divisão dos poderes. Ao órgão que legisla, ao que executa, ao que julga, um outro órgão acrescentaria ele — o que defende a sociedade e a lei perante a justiça, parta a ofensa donde partir, isto é, dos indivíduos ou dos próprios poderes do Estado!

Alfredo Valladão. **Ministério Público**. In: **Revista dos Tribunais**. São Paulo: RT, v. 225, jul./1954, p. 38-9 (com adaptações).

O trecho transcrito acima retrata a visão de avançada doutrina sobre o Ministério Público brasileiro na vigência da Constituição Federal de 1891. O trabalho completo foi publicado originalmente no **Jornal do Comércio** de 19/4/1914 e, em 1954, um extrato, no periódico indicado. Considerando o excerto acima, julgue os itens a seguir, tendo em vista o estado democrático de direito e o ordenamento jurídico brasileiro.

- 51 Somente os ministérios públicos dos estados e o do Distrito Federal e Territórios possuem prerrogativa constitucional de elaborar lista tríplice de integrantes da carreira para a escolha do respectivo chefe, que deverá ser nomeado para mandato de dois anos, pelo chefe do Poder Executivo.
- 52 A jurisprudência do STF não aceita a tese de quarto poder, defendida por doutrinadores como o do trecho transcrito, e consagra o entendimento de que, garantida efetivamente a independência do Ministério Público, a colocação constitucional é secundária, de interesse quase meramente teórico.
- 53 Um dispositivo de constituição estadual que conceda autonomia financeira ao Ministério Público, segundo o STF, não está compreendido na competência assegurada na Constituição da República. Mas, por estar contida na iniciativa para a criação de cargos, não é inconstitucional norma estadual que explicita competência do Ministério Público para propor a fixação de vencimentos de seus cargos.
- 54 O STF já afirmou que a ordem jurídica confere explicitamente poderes amplos de investigação ao Ministério Público.
- 55 Atos que atentem contra o livre exercício do Ministério Público constituem crimes de responsabilidade do presidente da República.
- 56 Com base na determinação constitucional de que os poderes sejam independentes e harmônicos entre si, é correto argumentar que, quanto à legalidade e à legitimidade, o Poder Judiciário não está sujeito à fiscalização operacional e patrimonial mediante controle externo.
- 57 O Poder Judiciário é integrado pelos tribunais e juízes dos estados e do Distrito Federal e Territórios, pelos tribunais e juízes militares, pelos tribunais e juízes eleitorais, pelos tribunais e juízes do trabalho, pelos tribunais regionais federais e juízes federais (TRFs), pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo STF. De acordo com essa estrutura, textualmente prevista na Constituição da República, é correto afirmar que o Poder Judiciário é nacionalmente organizado.

- 58** Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário deverão ser públicos, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes. Todas as decisões devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade. As decisões administrativas dos tribunais também deverão ser motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- 59** Um quinto dos lugares dos TRFs, dos tribunais dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios deve ser composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. O Poder Executivo deve escolher um dos integrantes da lista tríple formada pelo tribunal para nomeação, nos vinte dias subsequentes ao recebimento das indicações. Entretanto, de acordo com jurisprudência do STF, o Poder Executivo pode devolver a lista, caso esta não esteja completa e haja possibilidade de completá-la.
- 60** A vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídios, garantias constitucionais deferidas expressamente aos juízes e aos membros do Ministério Público, não são absolutas, uma vez que podem ser afastadas em casos específicos, ressalvados na própria Constituição da República. A vitaliciedade dos juízes, por exemplo, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício e, nesse período, a perda do cargo depende de deliberação do tribunal a que o magistrado estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado. Da mesma forma, a inamovibilidade dos juízes poderá ser afastada por motivo de interesse público, decidida por voto de dois terços do respectivo tribunal.
- 61** Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério; receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo e dedicar-se à atividade político-partidária são vedações expressamente impostas aos juízes pela Constituição da República.
- 62** A reserva de plenário para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo é imperativa tanto no controle concentrado como no controle difuso de constitucionalidade. Mas é certo que, em sede de controle abstrato, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, são necessários oito votos para o STF restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- 63** A jurisprudência do STF é pacífica no sentido de que há hierarquia entre normas constitucionais originárias. Por isso, já se admitiu a declaração de inconstitucionalidade de determinadas normas em face de outras normas de maior precedência hierárquica.
- 64** Segundo doutrina, é consequência lógica da rigidez constitucional que os atos de reforma da constituição positiva sejam recebidos com desconfiança. Uma desconfiança já prevista na própria Constituição da República disciplina com rigor incomum o processo de sua própria reforma, ao menos no plano das emendas.
- 65** Para doutrina que não é acolhida pela jurisprudência pacífica do STF, na ação direta de inconstitucionalidade, a *causa petendi* pode ser desconsiderada e suprida por outra.
- 66** Na medida em que os estados federados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar, é admissível que emenda à Constituição da República institua a forma unitária de estado, desde que se respeitem a existência da União, o princípio do estado democrático de direito e se preservem como fundamentos da República a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- 67** A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles; no processo legislativo estadual, pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado estadual, distribuído por, pelo menos, cinco municípios, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles; e no processo legislativo municipal, assim como no do DF, pela apresentação à Câmara Municipal ou à Câmara Legislativa, conforme o caso, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado municipal, ou do DF, conforme o caso, distribuído por, pelo menos, cinco seções eleitorais, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada uma delas.

Julgue os itens a seguir, relativos aos direitos e garantias individuais, à nacionalidade e à cidadania.

- 68** A Constituição proíbe a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, assim como, em caráter absoluto, a extradição de brasileiros.
- 69** Em tempo de paz, os direitos de liberdade de locomoção e de liberdade de reunião somente podem ser afastados mediante prévia e fundamentada decisão judicial.
- 70** Há vedação absoluta para que os estrangeiros exerçam a soberania popular.
- 71** O atendimento da função social da propriedade rural justifica atos de invasão da propriedade privada ou da propriedade pública improdutivas ou subutilizadas, como instrumento de legitimação democrática para, com fins de reforma agrária, reivindicar a expropriação estatal, no caso de bens particulares, ou a definição de política de utilização, no caso de bens públicos.

Com relação ao regime constitucional da ordem econômica, da administração e dos servidores públicos, julgue os itens subseqüentes.

- 72** A estabilidade de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo em razão de concurso público somente pode ser afastada por sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo no qual se assegure ao servidor ampla defesa.
- 73** Os cargos de ministro de Estado das relações exteriores, da carreira diplomática, de ministro do STJ, de presidente do Senado Federal, de presidente da Câmara dos Deputados, de presidente e vice-presidente da República são privativos de brasileiro nato.
- 74** Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- 75** A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

Julgue os itens seguintes, relativos às tutelas finais e antecipatórias.

- 76** Em relação à natureza jurídica das tutelas que consistem em prestação de soma em dinheiro, é correto afirmar que, quando alguém pede reparação do dano em dinheiro, em virtude de um ato ilícito, a condenação à prestação é tutela pelo equivalente, ao passo que, na hipótese em que alguém tenha contraído uma obrigação de pagar soma em dinheiro, a tutela que determina a prestação da soma devida ao credor será específica.
- 77** A tutela antecipada concedida nos termos do § 6.º do art. 273 do Código de Processo Civil (CPC), ou seja, “quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso”, assim como a tutela que cabe no caso de reconhecimento parcial ou inexistência de contestação, produz coisa julgada material desde logo, não podendo mais ser revogada.
- 78** Deferida ou não a tutela antecipatória, cabe recurso de agravo, podendo o recorrente pleitear ao relator efeito suspensivo, sendo-lhe vedado, entretanto, pleitear a própria tutela antecipatória negada.

Julgue os itens a seguir de acordo com o entendimento do STJ.

- 79** A ação de imissão de posse possui natureza petitoria e não possessória, pois é manejada por aquele que detém a propriedade e busca a posse e sujeita-se ao rito comum, pois não se lhe prevê procedimento especial.
- 80** A disputa possessória entre particulares em área localizada em terreno de marinha acarreta a competência da justiça federal, em razão do objeto da lide.

Acerca do procedimento sumário, julgue os itens que se seguem.

- 81** Por ser de cognição sumária, o procedimento sumário permite que o juiz profira sentença com base no *fumus boni iuris*, o que não é possível no procedimento ordinário, de cognição exauriente.
- 82** No procedimento sumário, o autor deve, caso queira produzir prova testemunhal e(ou) pericial, apresentar na petição inicial rol de testemunhas e(ou) assistente técnico e quesitos, enquanto que, no procedimento ordinário, o autor não precisa assim proceder, apenas tendo de apresentar rol de testemunhas e(ou) assistente técnico e quesitos a partir do momento em que o juiz definir os fatos controvertidos e determinar a produção das provas pericial e testemunhal.
- 83** No procedimento sumário, o réu pode formular pedido contra o autor, fundado nos fatos referidos na inicial, não sob a forma de reconvenção, mas deduzido em articulado na própria peça escrita em que for apresentada a contestação, ou oralmente, se for o caso.
- 84** O juiz deve decidir de plano sobre a impugnação ao valor dado à causa e sobre a eventual controvérsia a respeito da natureza da demanda. Alterado o valor da causa, de modo a que o procedimento sumário torne-se inaplicável, o juiz deve, de ofício, determinar a conversão do procedimento sumário em ordinário. O juiz deve também converter o procedimento sumário em ordinário quando decidir que a natureza da demanda não seja daquelas que justifiquem a adoção do procedimento sumário. Nos casos em que nem o valor da causa, nem a natureza da demanda justificarem a adoção do procedimento sumário, o juiz, ao receber a petição inicial, deverá determinar de ofício a conversão do procedimento.

Julgue os itens subseqüentes, relativos às obrigações de fazer e de não fazer.

- 85** A tutela antecipada das obrigações de fazer pode vir acompanhada de meio de coerção consistente na multa diária que incidirá a cada dia de atraso no cumprimento da conduta devida, sendo lícito ao juiz impor tal multa de ofício.
- 86** É admissível, sem que haja ofensa à coisa julgada, que, fixada a multa nas obrigações de fazer e não fazer, ela possa ser reduzida até mesmo na fase executória, desde que seja ineficiente ou excessiva.

No que se refere às partes, julgue os itens seguintes.

- 87** O adquirente de coisa litigiosa alienada exime-se de sujeição à coisa julgada se não houver participado, como litisconsorte, da demanda, a partir do momento em que tiver ocorrido a alienação, uma vez que a coisa julgada não obriga a terceiros.
- 88** Se um dos compossuidores reivindicar a coisa comum e vencer a demanda, a decisão valerá apenas para aquele que for parte da demanda, não podendo aqueles que se mantiverem inertes participar do resultado favorável da ação.
- 89** Nas ações pertinentes aos direitos individuais homogêneos, a decisão geral aplica-se a todos aqueles que sejam titulares daquele interesse discutido coletivamente em juízo, sujeitando os indivíduos, em qualquer caso, aos efeitos da coisa julgada. Assim, julgada procedente a demanda, cada um pode utilizar-se da decisão geral favorável e liquidá-la em seu favor; julgada improcedente, a coisa julgada impedirá que se possa discutir a questão individualmente.

Com relação a sentença, recursos e execução, julgue os itens a seguir.

- 90** É cabível a fixação de honorários de advogado em execução, ainda que não haja oposição de embargos, seja a execução fundada em título judicial, seja fundada em título extrajudicial.
- 91** O art. 557 do CPC, ao permitir ao relator negar seguimento a recurso por meio de decisão monocrática, alcança também a remessa oficial.
- 92** A interposição de embargos de declaração interrompe o prazo recursal apenas para o embargante e não para a outra parte, para quem o prazo, iniciado com a intimação da decisão embargada, continua a fluir.
- 93** Para evitar a interposição de embargos com intuito protelatório, a nova lei processual vedou a oposição de embargos de declaração contra a decisão de embargos de declaração, sendo, portanto, incabível a interposição sucessiva de embargos, sob pena de imposição de multa.
- 94** Somente as sentenças condenatórias proferidas no exterior dependem de homologação pelo STF para que possam ser executadas no Brasil. As sentenças declaratórias e constitutivas, desde que devidamente traduzidas por tradutor juramentado, produzem efeitos no território brasileiro, independentemente de homologação.
- 95** É necessária a remessa obrigatória de sentença proferida contra a Caixa Econômica Federal em ação que se discute a correção monetária dos saldos das contas vinculadas ao FGTS.

Com relação a partes, pedido e extensão objetiva e subjetiva da coisa julgada, julgue os seguintes itens.

- 96** Considere a seguinte situação hipotética.

Proposta ação para cobrança de cotas condominiais, a sentença julgou improcedente o pedido, fundada no entendimento de inexistir relação convencional que impusesse aos condomínios a obrigação de contribuir para o condomínio geral.

Nessa situação, a decisão da questão relativa à inexistência de relação jurídica entre os condomínios e o condomínio geral faz coisa julgada material, impedindo que, em nova ação, proposta para a cobrança de outras cotas condominiais, o juiz possa julgar existente a relação convencional entre as mesmas partes.

- 97** Opera-se a coisa julgada da sentença de que se não recorreu, não obstante a existência de agravo de instrumento contra decisão adotada no curso do processo em que foi proferida.
- 98** Se Aldo mover contra Bruno uma ação possessória julgada improcedente e transitada em julgado, este poderá promover uma ação contra Aldo com o mesmo objetivo possessório, sem que haja identidade de ações, posto que modificado o elemento subjetivo, já que, na primeira demanda, o autor seria Aldo e, na segunda, Bruno.
- 99** Se a questão não foi decidida pela sentença, embora constasse do pedido, mas não se interpuseram embargos de declaração, não se formou coisa julgada sobre o que não foi apreciado, podendo o autor, portanto, promover nova demanda para obter a prestação jurisdicional correspondente.
- 100** É cabível ação rescisória contra acórdão de mérito proferido em processo no qual o defensor público não tenha sido intimado pessoalmente para contra-arrazoar recurso especial da parte contrária, acolhido pelo STJ.

– GRUPO III –
DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Acerca da aplicação da lei processual penal e das normas de convenções e tratados de direito internacional relativos ao processo penal, julgue os itens a seguir.

- 101** Na aplicação da lei processual penal, deve ser observado o princípio da territorialidade. No entanto, na hipótese da prática de infração penal, no território nacional, por um diplomata que esteja a serviço de seu país de origem, não será aplicada a lei processual penal.
- 102** Em caso de conflito entre um tratado internacional firmado em 1963, referendado por decreto do mesmo ano, e a Constituição Federal de 1988 e lei federal posterior, de acordo com o STF, aplicar-se-á o tratado anterior, em face da adoção da teoria monista.

A respeito do inquérito policial, da suspeição e do impedimento, julgue os itens subseqüentes.

- 103** Considere a seguinte situação hipotética.

O procurador-geral da República pretende requerer a instauração de inquérito policial para investigar a participação de deputado federal em suposta prática de crime de estelionato. Para efeitos de esclarecimento da verdade real, almeja o *parquet* federal a realização de várias diligências de caráter instrutório.

Nessa situação, de acordo com a orientação do STF, o procurador-geral da República deve requerer diretamente à Polícia Federal a instauração do inquérito policial, o indiciamento do parlamentar e a realização das diligências instrutórias.

- 104** Consoante entendimento do STF, membro do Ministério Público Federal que participar de fase investigativa — inquérito policial — não estará impedido ou em suspeição para posterior oferecimento de denúncia.

- 105** Considere a seguinte situação hipotética.

Em face de sua incompetência, o tribunal de justiça do estado determinou o arquivamento de inquérito policial instaurado pela polícia estadual para apurar o desvio, em um município, de recursos federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Nessa situação, diante do arquivamento da peça informativa, a Procuradoria Regional da República não poderá requerer ao TRF a instauração de outro inquérito policial para apurar a infração penal.

Competência é a delimitação da jurisdição, o espaço dentro do qual determinada autoridade judiciária pode aplicar o direito aos litígios que lhe forem apresentados. Nesse sentido, em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca da competência no processo penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 106** O Ministério Público Federal recebeu uma *delatio criminis* postulatória em que seu subscritor imputava ao advogado-geral da União a prática de infração penal comum no exercício da função. Nessa situação, consoante entendimento do STF, competirá à justiça federal de primeira instância processar e julgar futura ação penal pela infração penal praticada.

- 107** Em razão de disputas sobre posse de terras pertencentes a comunidade indígena, agricultores praticaram lesões corporais de natureza grave em índios de determinada nação indígena. Nessa situação, a competência para processar e julgar as infrações penais será da justiça federal.

- 108** Agentes do IBAMA lavraram auto de infração contra determinada sociedade comercial e seu sócio-gerente, pelo transporte de 6.000 m³ de madeiras em tora, das espécies maçaranduba e faveira, sem cobertura da autorização para transporte de produto florestal (ATPF), ou seja, sem a devida autorização de autarquia federal. Nessa situação, de acordo com entendimento do STF, caberá à justiça federal a competência para processar e julgar futura ação penal por crime ambiental.

Com referência a medidas assecuratórias e provas no processo penal, em cada um dos seguintes itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 109** Instaurou-se inquérito policial para apurar a prática de peculato por parte de servidor público que se apropriou, em proveito próprio, da importância de R\$ 30.000,00 que estava em sua posse em razão da função que exercia. Os valores, em espécie, foram guardados em sua residência. Nessa situação, o juiz, mediante representação de autoridade policial, poderá ordenar o seqüestro da quantia apropriada.

- 110** Uma vítima de concussão praticada por um agente de polícia gravou a conversa telefônica em que este exigia a importância de R\$ 50.000,00 para não forjar um flagrante por tráfico de entorpecentes. Nessa situação, conforme entendimento do STF, a gravação violou o direito à privacidade e, em consequência, tornou ilícita a prova obtida.

A respeito da citação e da nulidade no processo penal e da aplicação da Lei n.º 9.099/1995 na justiça federal, julgue os itens seguintes.

111 O réu que estiver fora do território da jurisdição do juiz processante será citado mediante precatória. De acordo com orientação do STF, não é nulo o processo em que o réu, além de citado, for interrogado no juízo deprecado.

112 Considere a seguinte situação hipotética.

Um jornal de grande circulação publicou matéria assinada pelo editor-chefe, cujo texto envolveu a conduta funcional de um servidor público federal e violou a honra subjetiva e objetiva deste.

Nessa situação, por se tratar de crimes tipificados na Lei de Imprensa, que possui procedimento especial, não será aplicável a Lei n.º 9.099/1995.

Acerca das prisões em flagrante e preventiva e da liberdade provisória, julgue os itens subsequentes.

113 Considere a seguinte situação hipotética.

Um agente policial compareceu a determinado local, motivado por suspeita de que ali ocorria tráfico de entorpecentes, e, passando-se por consumidor interessado na aquisição de drogas, efetuou a prisão do traficante no momento da tradição da substância tóxica.

Nessa situação, não se configurou o crime de tráfico de entorpecentes, em face da preparação da prisão em flagrante pela polícia.

114 Para a concessão de fiança, após a prolação da sentença condenatória, considera-se a pena mínima reclusiva abstratamente cominada para o crime, que não pode ser superior a dois anos.

115 Considere a seguinte situação hipotética.

O condutor de um veículo automotor, por negligência, atropelou um pedestre que atravessava a via pública, causando-lhe a morte. Após a prática da infração penal, o motorista, que não tinha profissão definida e não possuía endereço certo, evadiu-se do distrito da culpa.

Nessa situação, caberá a decretação da prisão preventiva para garantir a aplicação da lei penal.

A respeito do recurso no processo penal, julgue os itens a seguir.

116 De acordo com o entendimento do STF, da decisão que revoga decreto de prisão preventiva cabe recurso em sentido estrito por parte do Ministério Público.

117 Consoante orientação do STF, no confronto entre a vontade do defensor que apela e a do sentenciado que afirma não desejar recorrer da sentença condenatória de que é intimado, prevalece sempre a deste, porquanto a titularidade do direito de recorrer lhe pertence.

Julgue os itens que se seguem, referentes às nulidades no processo penal.

118 Consoante o atual entendimento do STF, é causa de nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministério Público da rejeição da denúncia, mesmo que tenha ocorrido a nomeação de defensor dativo.

119 Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária a intimação da data de audiência no juízo deprecado. A falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha, de acordo com o STF, é causa de nulidade relativa do processo criminal.

Acerca do *habeas corpus*, julgue o item abaixo.

120 De acordo com o entendimento do STF, não cabe *habeas corpus* para decretar a nulidade de processo-crime em curso, por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

A respeito da lei penal no tempo e no espaço e das imunidades, julgue os itens seguintes.

121 A lei penal mais benéfica é a única que tem extra-atividade: é retroativa quando posterior, e ultrativa, quando anterior.

122 Um estrangeiro que pratica crime contra a vida do presidente da República fica sujeito à lei penal brasileira, mesmo que o fato tenha ocorrido no exterior, em face do princípio da nacionalidade ou da personalidade.

123 A imunidade parlamentar material, à qual não se pode renunciar, implica subtração da responsabilidade penal, civil, disciplinar ou política do parlamentar por suas opiniões, palavras e votos, desde que haja conexão entre a conduta e o exercício do mandato.

Acerca da relação de causalidade e da imputação objetiva do resultado, em cada um dos itens subsequentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

124 João, agindo com *animus necandi*, desferiu cinco tiros de revólver contra Pedro, que, ferido por um dos projéteis, foi levado ao centro cirúrgico de um hospital, onde veio a falecer em decorrência de uma anestesia aplicada pelo médico. Nessa situação, em face da teoria da equivalência das condições, João responderá pelo crime de homicídio.

125 Paulo, ao fazer uma ultrapassagem com seu veículo, por imprudência, atropelou Antônia, que teve uma das pernas fraturada. No caminho para o hospital, a ambulância que transportava a vítima colidiu com um ônibus, e Antônia faleceu em decorrência de traumatismo craniano. Nessa situação, de acordo com a teoria da imputação objetiva do resultado, Paulo responderá pelo crime de homicídio culposo.

A respeito do arrependimento posterior e do concurso aparente de normas, em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 126** José e Pablo, previamente ajustados e com unidade de designios, subtraíram de uma joalheria um relógio de ouro. Instaurado o inquérito policial e antes de sua conclusão, Pablo compareceu voluntariamente até a autoridade policial e devolveu a *res furtiva*. Nessa situação, restou configurado o arrependimento posterior que, de acordo com o entendimento do STJ, se comunicará ao co-réu Pablo.
- 127** Um indivíduo destruiu a porta da residência de um vizinho e, no interior desta, subtraiu, em proveito próprio, um televisor, um aparelho de som, dinheiro e roupas. Nessa situação, em face do critério da consunção, o indivíduo não responderá pelo crime de dano, mas somente pelo crime de furto qualificado, com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.

No que se refere a dosimetria da pena, suspensão condicional da pena e livramento condicional, julgue os itens que se seguem.

- 128** Após a fixação da pena-base, devem ser consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes e, em seguida, as causas de diminuição e aumento. No caso de réu menor de 21 anos de idade que tenha confessado espontaneamente a autoria do crime, de acordo com o entendimento do STJ, impõe-se a aplicação das atenuantes, ainda que a pena fique abaixo do mínimo legal.

- 129** Considere a seguinte situação hipotética.

Um sentenciado, durante o período de prova da suspensão condicional da pena, foi condenado a pena de multa, em sentença irrecorrível, pela prática de crime doloso.

Nessa situação, a nova condenação irrecorrível não será causa de revogação obrigatória da suspensão condicional da pena.

- 130** Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo foi condenado definitivamente à pena privativa de liberdade de 20 anos de reclusão, em fevereiro de 1990, por praticar crime de latrocínio em dezembro de 1989. Em dezembro de 1993, ele foi novamente condenado pela prática de crime de latrocínio, irrecorrivelmente, à pena privativa de liberdade de 30 anos de reclusão.

Nessa situação, por ser reincidente específico, o indivíduo não fará jus ao livramento condicional.

Com referência a erro de tipo e erro de proibição, julgue os itens seguintes.

- 131** Considere a seguinte situação hipotética.

Josué, pessoa rústica, foi preso em flagrante delito por ter em sua residência, em depósito, cinco quilos de cocaína acondicionados em sacos plásticos de 1 kg. Josué recebeu a substância entorpecente de um primo, que lhe pediu para guardá-la provisoriamente em sua residência, afirmando tratar-se de farinha de trigo.

Nessa situação, em face do erro de tipo, Josué não praticou o crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

- 132** Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da Lei n.º 8.666/1993, ou visando frustrar os objetivos da licitação, sujeitam-se às sanções previstas na lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar. Em face dessa assertiva, considere, por hipótese, que um diretor-presidente de uma agência reguladora, autarquia em regime especial, compre diretamente um imóvel, por dispensa de licitação, para o atendimento das finalidades precípua do órgão, em localização estratégica para a sua instalação, com preço compatível com o valor de mercado, conforme avaliação prévia. Nessa situação, o diretor-presidente praticará o crime de dispensa ou inexigibilidade de licitação, pois, na hipótese considerada, a compra descrita não se enquadra nos casos de dispensa ou inexigibilidade previstos em lei.

A respeito dos crimes contra o sistema financeiro, a ordem econômica e as relações de consumo, julgue os seguintes itens.

- 133** A manutenção, em depósito, de produto fabricado para o consumo em desacordo com as normas regulamentares e sem registro no Ministério da Saúde, quando necessário, configura crime contra a relação de consumo. Trata-se de crime formal, sendo desnecessária a constatação, via laudo pericial, da impropriedade do produto para consumo.

- 134** De acordo com o entendimento do STJ, o funcionamento de consórcio sem a devida autorização legal configura crime contra o Sistema Financeiro Nacional.

Quanto aos crimes contra o patrimônio e a fé pública, julgue os itens a seguir.

- 135** De acordo com a orientação do STJ, o crime de apropriação indébita previdenciária caracteriza-se com a simples conduta de deixar de recolher as contribuições descontadas dos empregados, sendo desnecessário o *animus rem sibi habendi* para a sua configuração.

- 136** O uso de cópia reprográfica, não-autenticada, de uma cédula de identidade adulterada caracteriza o crime de uso de documento falso.

Acerca dos crimes contra a administração pública e a administração da justiça, julgue os itens que se seguem.

- 137** Consoante entendimento do STJ, o advogado que induz testemunha a prestar falso testemunho é partícipe do crime de falso testemunho.

- 138** Considere a seguinte situação hipotética.

O gerente de uma agência bancária instituída sob a forma de empresa pública, por intermédio de manobras fraudulentas, efetuou débitos irregulares em contas-correntes de clientes, depositando em seguida os valores em contas das quais eram titulares o próprio gerente e alguns de seus parentes.

Nessa situação, o gerente praticou o crime de peculato-furto.

Julgue os itens seguintes, relativos à extinção da punibilidade e aos efeitos da condenação.

- 139** De acordo com a orientação do STJ, nos crimes contra a ordem tributária, o parcelamento do débito antes do recebimento da denúncia não é causa de extinção da punibilidade, sendo necessário o pagamento integral.

- 140** A perda do cargo, função pública ou mandato eletivo — um dos efeitos extrapenais específicos da condenação — é automática e não precisa estar declarada, expressa e motivadamente, na sentença penal.

– GRUPO IV –
DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL

No dia 8 de junho de 2004, foi publicada no Diário Oficial da União, para vigor na data de sua publicação, uma lei ordinária por meio da qual foi efetuada a criação de uma loteria federal para financiar as universidades públicas. A lei estabeleceu que os valores arrecadados não-reservados aos prêmios seriam utilizados exclusivamente para financiar programas de ensino e pesquisa nas universidades, faculdades, centros tecnológicos e escolas técnicas federais. A lei autorizou o Poder Executivo a instituir uma empresa pública federal, exploradora de atividade econômica, tendo por finalidade, entre outras, explorar a nova loteria. A lei dispôs que a loteria consistiria de 25 números e 25 signos, sendo que, para ter direito ao prêmio, o adquirente do bilhete deveria acertar os 3 números e os 3 signos que seriam escolhidos em sorteio realizado semanalmente. Determinou ainda que a pretensão dos adquirentes dos bilhetes para receber os prêmios, na esfera administrativa ou judicial, prescreveria em 6 meses. Instituída a empresa, o primeiro sorteio foi realizado no dia 22 de junho de 2004, tendo sido reproduzida, nos bilhetes da loteria, a fotografia de uma escultura, sem autorização do autor da obra. As regras de premiação foram resumidamente transcritas no verso do bilhete. Fortunato Ventura, com 19 anos de idade, acertou os três números e um dos signos sorteados. Tendo a empresa se recusado a pagar-lhe o prêmio, ele pretende exigir o pagamento na justiça por meio de ação ordinária, sob a alegação de que as regras de premiação não eram claras.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens seguintes.

- 141** A loteria referida no texto é uma modalidade de aposta cuja natureza jurídica é de negócio jurídico bilateral, pois se trata de um contrato aleatório, *inter vivos*, e de adesão, cuja existência e eficácia ficam sujeitas a condição suspensiva casual, caracterizada por evento futuro e incerto que consiste em acertar os três números e os três signos sorteados.
- 142** A empresa pública mencionada tem personalidade jurídica de direito privado e, conforme previsto no Código Civil, sua existência legal somente teve início com a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro. No direito brasileiro, o registro público das pessoas jurídicas de direito privado tem natureza constitutiva da sua personalidade jurídica.
- 143** Embora o Código Civil estabeleça expressamente que as dívidas de jogo ou de aposta não obrigam a pagamento, tal preceito não se aplica à loteria objeto da hipótese em apreço, visto que se trata de aposta legalmente permitida.
- 144** Os adquirentes dos bilhetes lotéricos mencionados somente se investem no direito de receber o prêmio na ocorrência do evento condicionado, caracterizado pelo acerto cumulativo dos três números e dos três signos sorteados. Trata-se de uma condição lícita e perfeitamente determinada, além de fisicamente e juridicamente possível. Assim, Fortunato Ventura não tem direito de receber o prêmio, pois não acertou os três signos sorteados, e além disso, a regra da loteria é clara, consta de dispositivo legal e foi resumidamente transcrita no verso do bilhete.

145 A Lei de Introdução ao Código Civil preceitua que a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais, a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior. Em consequência desse dispositivo, o prazo prescricional de dez anos previsto especificamente no Código Civil para as pretensões decorrentes de jogos e apostas não se aplica à loteria em questão.

146 Caso Fortunato Ventura, depois de realizado o sorteio e antes de vencido o prazo prescricional, seja interditado, por meio de sentença judicial, em decorrência de deficiência mental que lhe reduza o discernimento para a prática de certos atos da vida civil, o prazo de prescrição mencionado no texto não correrá contra ele.

147 Em virtude de disposição expressa, inserida na Constituição da República, a empresa pública responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Consequentemente, na ação ordinária a ser proposta por Fortunato Ventura contra a referida empresa pública, cuja competência para processar e julgar é de um juiz federal de primeira instância, o autor não precisará provar o dolo ou a culpa da empresa ou de seus agentes.

148 Tanto a Constituição da República quanto a legislação infraconstitucional garantem ao autor de obra artística o direito exclusivo de sua utilização, a qual, quando feita por terceiros, deve estar autorizada. Comprovado que a empresa pública referida reproduziu, em bilhete de loteria, fotografia de escultura sem autorização de seu autor, cabe-lhe indenizá-lo pelos danos moral e material verificados, sendo que, no caso de dano moral, não há necessidade de comprovação do valor do efetivo prejuízo sofrido.

Uma autarquia federal com sede em Brasília – DF, criada em março de 2003, efetuou, após devidamente autorizada por lei, a venda de um terreno de sua propriedade, localizado em Recife – PE, a um particular, fazendo constar da escritura pública de compra e venda uma cláusula por meio da qual lhe ficava reservado o direito de recobrar o bem, no prazo de três anos, caso o comprador não construísse uma casa no terreno no prazo de 30 meses, contados da assinatura da escritura, devendo o comprador comprovar a construção e a conclusão da obra, mediante a apresentação, à vendedora, da carta de habite-se. Na escritura pública, inseriu-se cláusula por meio da qual foi eleito o foro de Recife – PE para a solução de controvérsias dela decorrentes.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

149 A escritura pública de compra e venda firmada entre a autarquia federal e o comprador do terreno possui cláusula expressa que institui o pacto de retrovenda, mediante a qual o vendedor fica investido da faculdade de exercer, no prazo de três anos, o direito de resgate do terreno vendido, na forma prescrita no Código Civil, caso o comprador não cumpra a obrigação de construir no terreno no prazo de 30 meses.

150 A compra e venda em questão é um contrato bilateral, comutativo, oneroso, solene, *inter vivos* e sujeito a uma condição resolutiva puramente potestativa. No direito brasileiro, pelo contrato de compra e venda, o vendedor se obriga a transferir o domínio de certa coisa e o comprador se obriga a pagar-lhe certo preço em dinheiro.

151 No contrato em questão, antes de transcorrido o prazo decadencial de três anos, previsto na escritura pública, o comprador tem somente a posse direta do terreno, sendo que o vendedor detém a posse indireta e a propriedade resolúvel do bem.

152 O objeto do contrato de compra e venda em questão é um bem imóvel por natureza, infungível, singular e fisicamente não consumível. Como se trata de um bem público, a venda só é lícita se o bem estiver desafetado, por ocasião da alienação. A transferência ao comprador da propriedade do bem ocorrerá com o registro da escritura pública de compra e venda no cartório de registro de imóveis competente.

153 Caso o comprador não cumpra a obrigação de construir uma casa no terreno no prazo de 30 meses, uma eventual ação de rescisão contratual com restituição do imóvel a ser ajuizada pela autarquia terá como juízo competente para processar e julgar, com exclusão de qualquer outro, um juiz federal de primeira instância da cidade de Brasília – DF, visto ser o local onde se encontra instalada a sede da autarquia.

154 De acordo com a legislação vigente, a autarquia em questão foi criada por meio de lei federal ordinária específica, tem personalidade jurídica própria, de direito público, e prescinde de registro público para a sua existência jurídica. Além disso, responde objetivamente por quaisquer atos ilícitos de seus servidores que causem prejuízos a terceiros, não cabendo, nesse caso, a alegação de culpa concorrente da vítima ou de terceiro para reduzir o valor da indenização.

155 Caso o vendedor retome o terreno em razão do descumprimento, pelo comprador, da obrigação de construir uma casa no terreno no prazo de 30 meses, o comprador terá direito do reembolso das despesas efetuadas com as acessões físicas realizadas, feita a atualização dos valores monetários, isso porque o direito brasileiro não admite o enriquecimento ilícito e impõe, no Código Civil, a quem, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, a obrigação de restituir o indevidamente auferido.

Quanto ao direito de empresa de que cuida o Código Civil, julgue os seguintes itens.

156 Os bens utilizados na atividade desenvolvida por microempresa e que a guarnecem são impenhoráveis.

157 Se Francisco e Maria casaram-se sob o regime de separação obrigatória de bens, jamais poderão contratar sociedade.

158 Fernando não poderá contratar sociedade com terceiros, se for casado sob o regime de comunhão universal de bens.

159 Considera-se nula determinada cláusula contratual que exclua sócio de participar dos lucros e das perdas da sociedade.

No que concerne às espécies societárias, julgue os itens a seguir.

160 Nas sociedades em nome coletivo, os sócios, pessoas físicas ou jurídicas, respondem, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.

161 As sociedades em comum não possuem personalidade jurídica.

Acerca do estabelecimento empresarial, julgue os itens que se seguem.

162 O estabelecimento empresarial confunde-se com o patrimônio da sociedade.

163 Os imóveis pertencentes à sociedade empresarial, mas que não guardam liame com a atividade-fim da empresa, não fazem parte do estabelecimento.

164 O alienante de determinado estabelecimento empresarial não poderá fazer concorrência ao adquirente nos dois anos subsequentes à transferência.

No que se refere aos contratos empresariais, julgue os itens seguintes.

165 O contrato de alienação fiduciária em garantia transfere ao credor a posse da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem.

166 No contrato de comissão, o comissário age em seu próprio nome, ficando direta e pessoalmente obrigado com as pessoas com quem contratar.

A respeito do instituto dos títulos de crédito, julgue os itens subsequentes.

167 A exigência de autorização do cônjuge para que pessoa casada possa prestar aval é ilegal e incompatível com o instituto dessa declaração de garantia.

168 Mesmo com base em contrato formal, é nula a nota promissória emitida após o falecimento do devedor.

Com referência à atividade econômica e ao regime jurídico da concorrência, pelos quais o ordenamento jurídico pátrio tem especial apreço, julgue os itens que se seguem.

169 Configura infração à ordem econômica a retenção de bens de produção ou de consumo, mesmo que seja para garantir a cobertura dos custos de produção.

170 Os atos de concentração de empresas que possam prejudicar a livre concorrência devem ser submetidos previamente à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ou no prazo de 15 dias úteis, contados da celebração do contrato.

– GRUPO V –
DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

A **CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**, em função das atribuições que lhe conferem o artigo 63.2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o artigo 25 de seu Regulamento,

RESOLVE:

- 1 Requerer ao Estado que:
 - a) adote todas as medidas que sejam necessárias para proteger eficazmente a vida e a integridade pessoal de todas as pessoas reclusas na penitenciária, assim como as de todas as pessoas que ingressem na mesma, entre elas os visitantes;
 - b) adeqüe as condições da mencionada penitenciária às normas internacionais de proteção dos direitos humanos aplicáveis à matéria;
 - c) remeta à Corte uma lista atualizada de todas as pessoas que se encontram reclusas na penitenciária, de maneira que se identifiquem as que sejam colocadas em liberdade e as que ingressam no referido centro penal, e indique o número e nome dos reclusos que se encontram cumprindo condenação e dos detentos sem sentença condenatória e que, ademais, informe se os reclusos condenados e os não condenados se encontram localizados em diferentes seções;
 - d) investigue os acontecimentos que motivam a adoção das medidas provisórias com o fim de identificar os responsáveis e impor-lhes as sanções correspondentes, incluindo a investigação dos acontecimentos graves ocorridos na Penitenciária Urso Branco depois de a Corte ter emitido as Resoluções de 18 de junho e 29 de agosto de 2002;
 - e) submeta à Corte um relatório, no máximo em 3 de maio de 2004, sobre:
 - i o cumprimento e a implementação das medidas indicadas nos anteriores incisos deste ponto resolutivo;
 - ii os acontecimentos e problemas expostos no escrito da Comissão de 20 de abril de 2004 e seus anexos, em particular sobre a grave situação de amotinamento que atualmente prevalece na mencionada penitenciária, as medidas adotadas para solucionar tal situação, e se algumas das supostas “170 pessoas em situação de reféns em mencionada penitenciária” não são reclusos; e
 - iii as medidas adotadas para solucionar a atual situação de amotinamento dos reclusos.
- 2 Reiterar ao Estado e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a solicitação de tomar as providências necessárias para coordenar e supervisionar o cumprimento das medidas provisórias ordenadas pela Corte, em conformidade com o disposto no ponto resolutivo terceiro da Resolução de 29 de agosto de 2002. Ademais, o Estado e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos deverão informar sobre o resultado da implementação de tais providências.
- 3 Solicitar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e aos peticionários das medidas que apresentem suas observações ao relatório estatal solicitado no prazo de 10 dias contados a partir de seu recebimento.
- 4 Convocar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os peticionários das medidas e o Estado a uma audiência pública que se realizará na sede da Corte em 28 de junho de 2004, a partir das 15 h 30 min, para conhecer seus argumentos sobre o cumprimento das medidas provisórias ordenadas no presente caso.

Considerando o texto acima transcrito, referente aos pontos resolutivos (PRs) ditados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que acolheu o pedido de novas medidas provisórias a respeito da República Federativa do Brasil, no caso da penitenciária Urso Branco, julgue os itens a seguir.

- 171** Quanto ao PR 1, o Estado brasileiro estaria correto se solicitasse a suspensão do cumprimento dessas medidas provisórias, sob o argumento de que, devido à sua forma federativa, tais providências seriam competência de um de seus estados-membros, razão pela qual não estaria internacionalmente obrigado a lhes dar cumprimento.
- 172** O PR 3 representa mais um recente avanço em direção à cristalização da capacidade processual dos indivíduos e do direito de petição individual no âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, pois os beneficiários das medidas provisórias podem apresentar diretamente à Corte suas observações ao informe do Estado, mesmo que o caso ainda não tenha o mérito conhecido pelo mencionado tribunal.

173 Em relação ao PR 4, o Estado brasileiro não estaria internacionalmente obrigado a comparecer à audiência pública convocada pela Corte Interamericana, pois é um Estado soberano e independente, razão por que não subordinado à jurisdição deste ou de qualquer outro órgão internacional.

174 A Resolução da Corte Interamericana em exame depende da prévia homologação do STF para ter eficácia na ordem jurídica interna brasileira.

175 As medidas provisórias ditadas pela Corte Interamericana, no caso em tela, beneficiam os reclusos da penitenciária Urso Branco e os não-reclusos que se encontrem na situação de reféns, independentemente do vínculo de nacionalidade brasileira, uma vez que o vínculo exigido é o da relação entre os reclamantes e o perigo de dano irreparável ou de grave violação aos direitos à vida e à integridade física que denunciam.

O M/V Saiga é um navio petroleiro com pavilhão de São Vicente e Granadinas, fretado, na época dos fatos a seguir mencionados, pela empresa Lemanía Shipping Group Ltd., registrada em Genebra, na Suíça. Seu capitão e a tripulação eram ucranianos e havia três senegaleses que trabalhavam como pintores no navio.

A embarcação partiu de Dakar, Senegal, em 24 de outubro de 1997, para servir de navio-cisterna, ou seja, fornecer combustível a navios pesqueiros.

Na manhã de 27 de outubro de 1997, o M/V Saiga entrou nas duzentas milhas do mar da Guiné, para prover de combustível três navios pesqueiros que teriam licença desse país para pescar nessa zona.

No dia seguinte, o navio M/V Saiga foi detido pela prefeitura de Guiné, fora de sua zona econômica exclusiva, em frente a Serra Leoa. Dois membros da tripulação foram feridos e liberados. O navio foi levado para Conakry, na Guiné, onde, com o restante da tripulação, ficou detido. O combustível a bordo foi descarregado.

Considerando o texto acima, referente ao caso M/V Saiga (São Vicente e Granadinas *versus* Guiné), objeto de abordagem pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar, julgue os itens que se seguem, com base na regulamentação internacional do domínio marítimo e do espaço aéreo.

- 176** São Vicente e Granadinas não está habilitado a apresentar reclamações contra Guiné com relação a perdas e danos sofridos pelas pessoas e cargas a bordo do M/V Saiga, já que cada pessoa, física ou jurídica, deve reclamar por esses danos mediante proteção diplomática do Estado do qual é nacional.
- 177** O exercício do direito de perseguição pela Guiné pode ser considerado legítimo se restar comprovado, cumulativamente com outros pressupostos, que o M/V Saiga supria de combustível os navios pesqueiros em águas da zona contígua guineana.
- 178** O direito internacional permitiria o uso da força para deter o M/V Saiga, na hipótese de este navegar em águas da zona contígua guineana, desde que fossem esgotados todos os meios requeridos pelo direito e pela prática internacional e, sendo inevitável, o uso da força não colocasse em risco a segurança e a vida da tripulação.
- 179** Quanto às diferenças, é correto afirmar que a passagem inocente se aplica às aeronaves, mas a passagem de trânsito a elas não se aplica.
- 180** Para que um Estado costeiro possa explorar lícitamente os recursos naturais de sua plataforma continental além das duzentas milhas até a borda exterior de sua margem continental, deve submeter sua pretensão à aprovação da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), desde que não haja objeções da comunidade internacional e da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Em cada um dos itens subsequentes, é apresentada uma situação hipotética relativa à dimensão pessoal do Estado, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 181** Antônio, após cometer diversos crimes de natureza comum no Estado B, emigrou para o Brasil, onde fixou residência. O Estado B formulou pedido de extradição de Antônio, com base em tratado bilateral firmado entre este Estado e o Brasil. Pendente o julgamento desse pedido perante o STF, Antônio optou pela nacionalidade originária brasileira. Nessa situação, transitada em julgado a sentença que acolheu a declaração de vontade de Antônio, é correto afirmar que este permanecerá no território brasileiro, com a possibilidade de ser punido, nos termos da lei penal brasileira, pelos crimes cometidos no Estado B.
- 182** Igor, nascido no Brasil, é filho de um casal de nacionais do Estado A que estão a serviço do Estado B em território brasileiro. Nessa situação, a criança terá a nacionalidade de seus pais.
- 183** Cláudio, súdito do Estado A, estabeleceu seus negócios no Estado B, onde constituiu vasto patrimônio. Anos depois, correndo risco de se ver expropriado de seus bens pelo governo do Estado B e sem poder contar, por motivos históricos adversos, com a proteção diplomática de seu Estado pátrio, Cláudio emigrou para o Estado C, onde requereu imediatamente a sua naturalização, para receber a proteção diplomática, necessária para iniciar procedimento na Corte Internacional de Justiça contra o Estado B. Nessa situação, compete à Corte Internacional de Justiça, como pressuposto ao exame da proteção diplomática outorgada, deliberar acerca da efetividade internacional do ato de naturalização de Cláudio, embora tenha sido este realizado no âmbito da soberania nacional do Estado C.
- 184** Mário é binacional nato, tendo adquirido a nacionalidade do Estado B pela regra do *jus soli* e a nacionalidade do Estado C pela regra do *jus sanguinis*. Vivendo no Estado B, Mário teve seu patrimônio alcançado por medidas expropriatórias do governo deste Estado. Nessa situação, e devido a sua binacionalidade, Mário pode invocar a proteção diplomática do Estado C contra o Estado B, diante da legitimidade de ambos os vínculos no plano do direito internacional.
- 185** Manoel, de nacionalidade portuguesa, adquiriu no Brasil a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo de direitos políticos perante o Estado brasileiro. Nessa situação, o fato acarreta a suspensão do exercício dos seus direitos de cidadão em Portugal, embora o vínculo de nacionalidade portuguesa permaneça intacto.

Julgue os itens seguintes, acerca dos princípios informativos da seguridade social.

- 186** O postulado da universalidade da cobertura e do atendimento significa que o poder público deve organizar a seguridade social de modo a garantir os benefícios respectivos a todos os residentes no país, observadas as peculiaridades e as especificidades que, nos termos da lei, possam justificar a concessão de benefícios distintos a segurados urbanos e rurais.

187 O princípio da seletividade na prestação de serviços e benefícios corresponde à noção de que compete ao legislador — com base em critérios equitativos de solidariedade e justiça social e segundo as possibilidades econômico-financeiras do sistema — definir quais benefícios serão concedidos a determinados grupos de pessoas, em razão de especificidades que as particularizem.

188 Apesar de seu sentido objetivo, o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios — segundo o qual o poder aquisitivo dos benefícios não pode ser onerado — depende de lei ordinária para a sua concreção.

189 À luz dos princípios da isonomia e da equidade na forma de participação do custeio das atividades da seguridade social, ao legislador não é permitido fixar, para empresas ou entidades a elas equiparadas, alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica desenvolvida.

A respeito das regras de interpretação e de eficácia das normas previdenciárias, julgue os itens a seguir.

190 Apesar das notórias dificuldades de caixa verificadas pela seguridade social — as quais inclusive têm justificado sucessivas alterações na legislação ordinária e constitucional —, a interpretação da legislação respectiva há de se conformar à diretriz teleológica fundamental da proteção aos segurados. Como expressão desse critério, por exemplo, o direito à aposentadoria por tempo de serviço estará preservado ao segurado nas condições legalmente previstas na data do cumprimento dos requisitos correspondentes, ainda que opte ele por continuar em atividade e desde que tal condição lhe seja mais vantajosa.

191 Por aplicação do postulado da anterioridade da lei, expressão da dimensão substantiva da cláusula do devido processo legal, as normas definidoras de contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social apenas terão eficácia depois de 90 dias da data da publicação das leis que as houverem instituído.

192 Embora incorporados à ordem jurídica interna com *status* de leis ordinárias, os tratados, as convenções e outros acordos internacionais de que sejam partes Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Brasil, e que versem acerca de matéria previdenciária, serão considerados, para fins de interpretação, como leis especiais.

Considerando as regras do regime geral da previdência social (RGPS) que tratam da condição de segurado, julgue os itens subseqüentes.

193 Na condição de segurado especial, podem se inscrever, facultativamente, no RGPS, entre outros, a dona de casa, o síndico de condomínio não-remunerado, o estudante com 16 anos ou mais e o brasileiro que acompanha cônjuge ao exterior.

194 O estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional, é segurado obrigatório da previdência social, na condição de empregado.

195 Os trabalhadores avulsos e eventuais são segurados obrigatórios da previdência social, equiparados ao trabalhador autônomo.

Acerca do conceito de salário-de-contribuição, julgue os itens que se seguem.

196 Todos os ganhos habituais obtidos pelo empregado que seja segurado obrigatório da previdência social devem ser computados para aferição da contribuição previdenciária correspondente, observado o limite legal, inclusive as diárias, quando essenciais para a execução do trabalho.

197 O trabalhador aposentado que retornar, espontaneamente, ao exercício de atividade alcançada pelo RGPS será considerado segurado obrigatório, estando seus rendimentos vinculados ao conceito de salário-de-contribuição, salvo se o valor da aposentadoria anteriormente alcançado estiver situado no teto máximo previsto para o benefício.

Quanto ao regime previdenciário do servidor público estatutário, julgue os seguintes itens.

198 O servidor público que for aposentado por invalidez permanente, em razão de moléstia profissional ou de doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, terá seus proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, de acordo com os critérios legais, o mesmo ocorrendo com o servidor aposentado compulsoriamente aos 70 anos de idade que não preencha os requisitos para a percepção de aposentadoria integral.

199 Os proventos da aposentadoria voluntária de servidor admitido sob a égide da Emenda Constitucional n.º 41/2003 serão concedidos quando ele tiver 60 anos de idade e contar 35 anos de contribuição, se homem, ou 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher, não podendo o valor do benefício suplantiar o valor percebido em atividade, atendidos, ainda, os tempos mínimos de 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria e de 10 anos de efetivo exercício no serviço público.

200 Os proventos da aposentadoria do servidor público serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, salvo se decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, conforme previsto em lei.